



I

CONGRESO INTERNACIONAL
LOS ORÍGENES
DE LA EXPANSIÓN EUROPEA
CEUTA 1415

I

CONGRESO INTERNACIONAL
LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA
CEUTA 1415



INSTITUTO DE ESTUDIOS CEUTÍES

**CONGRESO INTERNACIONAL
CEUTA, 1415. LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA**

(Ceuta, 1 al 3 de octubre 2015)

Organiza - Instituto de Estudios Ceutíes con la colaboración de

Centro Asociado de la UNED de Ceuta
Centro de Historia d'Aquém e d'Alem-Mar
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Campo Arqueológico de Mértola
Campus Universitario de Ceuta
Facultad de Educación, Economía y Tecnología de Ceuta
Universidad de Granada
Universidad de Sevilla
Ministerio de Educación, Cultura y Deporte

Comité Científico:

Dr. Joao Paulo Oliveira e Costa (Universidad Nova de Lisboa)
Dr. Francisco José Rogado Contento Domingues (Universidad de Lisboa)
Dr. Joao Barros Matos (Universidad de Évora)
Dr. Filipe Themudo Barata (Universidad de Évora)
Dr. Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte (Universidad de Oporto)
Dra. Isabel Drumond Braga (Universidad de Lisboa)
Dr. Manuel García Fernández (Universidad de Sevilla)
Dr. Manuel Fernando Ladero Quesada (Universidad Nacional de Educación a Distancia)
Dr. Jorge Manuel Simão Alves Correia (Universidad de Minho)
Dra. Susana Gómez Martínez (Campo Arqueológico de Mértola)

Comité Organizador:

Fernando Villada Paredes (Instituto de Estudios Ceutíes)
Rocío Valriberas Acevedo (Instituto de Estudios Ceutíes)
Joana Bento Torres (Instituto de Estudios Ceutíes)

© Textos: Sus autores

© Edición: Instituto de Estudios Ceutíes

Depósito Legal: CE 46 - 2019

ISBN: 978-84-16595-77-8

Impresión y Diseño: Papel de Aguas, S.I. Ceuta.

Quedan reservados todos los derechos:

Esta publicación no puede ser reproducida, ni en todo ni en parte, ni registrada en, ni tramitada por, sistema de recuperación de información, en ninguna forma ni por ningún medio, sea mecánico, fotoquímico, electrónico, magnético, electroóptico, por fotocopia, o cualquier otro, sin el permiso previo del Instituto de Estudios Ceutíes.

ÍNDICE

I.- ANTECEDENTES Y CONTEXTO

Antecedentes en las relaciones entre Ceuta y el occidente de la península ibérica: la evidencia material (siglos VIII al XIII) <i>Susana Gómez Martínez</i>	17
Portugal as a rising “periphery” of Europe at the beginning of the fifteenth century <i>Ardian Muhaj</i>	31
Ceuta en su entorno: El norte de Marruecos en 1415 <i>Enrique Gozalbes Cravioto</i>	43
La respuesta castellana ante la amenaza que entrañó la armada que los portugueses estaban construyendo para atacar Ceuta (1414-1415) <i>Néstor Vigil Montes</i>	57
O papel da diplomacia na preparação da conquista de Ceuta <i>Diego Faria</i>	77
Os antecedentes económicos da conquista de Ceuta de 1415 reavaliados <i>Flávio Miranda</i>	101
The Capture of Ceuta Seen from Venice and Framed in the International Coeval Geopolitics from a Venetian Perspective (1400-1433) <i>Angelo Cattaneo</i>	115
La place de Ceuta dans le commerce et l’imaginaire français au bas moyen âge <i>Pierre-Vincent Claverie</i>	125
Contribuição para a História do Livro árabe sobre Ceuta no período que antecedeu a conquista desta praça pelos portugueses (de ‘Abd al-Muhaymin, a Ibn Khaldûn e a Gomes Eanes de Zurara) <i>Manuel Cadafaz de Matos</i>	143

II.- CONQUISTA

Ceuta: la visión de los vencidos <i>Luis Miguel Duarte</i>	177
A conquista de Ceuta e a construção de um novo quadro de relações políticas <i>Filipe Themudo Barata</i>	191
La conquista de Ceuta por los portugueses en 1415 y su impacto en el reino de Marruecos <i>Jerónimo Páez</i>	211
Un paseo por la conquista portuguesa de Ceuta <i>Carlos Gozalbes Cravioto</i>	221
De Fernão Lopes y Gomes Eanes de Zurara a la Academia das Ciências de Lisboa: la historiografía portuguesa de la tomada de Ceuta <i>José Antonio Alarcón Caballero</i>	245
La conquista portuguesa de Ceuta: pasado, presente y futuro <i>José Manuel Pérez Rivera</i>	289
A tomada de Ceuta e os primeiros passos da construção histórica de um marco do império português (século XV) <i>Kátia Brasilino Michelan</i>	307

III.- DEFENSA

A experiência da guerra europeia no norte de África português (1508-12 e 1574-78) <i>Luís Costa e Sousa</i>	323
A Arquitectura Militar nos Descobrimentos Portugueses: o Ensaio do Norte de África <i>Margarida La Féria Valla</i>	355
Os homens e as pedras: A construção da fortificação portuguesa de Safim (séc. XV-XVI) <i>Luís Serrão Gil</i>	373
Portugal en África en el siglo XV: un nuevo teatro de la guerra <i>José A. Ruiz Oliva</i>	387
El control hispano-luso de la margen sur del Mediterráneo con fines defensivos en los siglos XV Y XVI <i>María Jesús Pozas</i>	415
Signos lapidarios en las fortificaciones portuguesas del Frente de Tierra de Ceuta <i>Gabriel Fernández Ahumada</i> <i>Fernando Villada Paredes</i>	437
Participación notable de algunos nobles peninsulares del siglo XV en la expansión ultramarina <i>Antonio Sánchez González</i>	491

A EXPERIÊNCIA DA GUERRA EUROPEIA NO NORTE DE ÁFRICA PORTUGUÊS (1508-12 E 1574-78)

Luís Costa e Sousa

Universidade de Lisboa (FLUL-UL)

Desde que o conceito da Revolução Militar foi formulado por Michael Roberts em 1955, que o tema tem sido objecto de debate. Parker (1988), Black (1990), Hall (1997) ou Eltis (1998) propuseram cronologias diferentes, e as abordagens mais recentes começam a desviar-se de uma equação estritamente baseada unicamente na tecnologia como Chase (2003) ou Beltramini (2009). De facto, aquilo que as diversas leituras parecem possuir em comum são apenas dois aspectos: primeiro, o reconhecimento que a actividade bélica quinhentista possui diferenças marcadas em relação à época medieval, e por outro lado uma notável falta de unanimidade quanto às suas causas e efeitos. Já se afastou a suposta decadência da cavalaria armada no campo de batalha do século XVI, até porque a eficácia das armas de fogo estava longe de atingir o zénite. O alcance útil de uma arma de fogo portátil não iria para além dos 50-100m, portanto os exércitos continuaram a fazer um combate de proximidade utilizando armas brancas. As novas armas e dispositivos tácticos da infantaria continuaram a ter como um dos principais objectivos contrariar a cavalaria couraçada, que afinal continuava a desempenhar um papel fundamental no campo de batalha quinhentista.

O tema da Revolução Militar em Portugal continua a ser abordado de forma algo indirecta. De facto, o principal objecto de atenção tem sido o espaço colonial: o Norte de África (Cook, 1994), o Atlântico (Thornton, 1999), a África Oriental (Newitt, 1995) e Oriente (Rodrigues, 1990). Destes teatros operacionais, Marrocos ocupa um lugar de destaque, como local de início

do processo de expansão com a conquista de Ceuta em 1415, e final do ciclo marroquino com a batalha de Alcácer Quibir em 1578. A proximidade do Norte de África com o território de Portugal favoreceu a mobilidade da gente e práticas de guerra. Por outro lado, neste espaço podemos identificar com clareza dois momentos em que prevaleceu uma política expansionista, a época manuelina e a época sebástica. É com este pano de fundo que nos propomos analisar a guerra na perspectiva da articulação entre a teoria e prática. Desde meados do século xv que o desdobramento das forças no terreno se foi tornando uma tarefa cada vez mais complexa, e desenvolveu-se numa estreita relação com aquilo que a teoria preconizava. Afinal, a relação entre o conhecimento militar (a tratadística), a vertente institucional (os regulamentos) e o desempenho no campo de batalha (a táctica), foi uma dialéctica particularmente cara à época do Renascimento. Assim, conhecer as características das formaturas é fundamental para aferir o grau de conhecimento que os portugueses possuíam sobre a arte militar praticada na Europa.

A questão da relevância do poder naval e dos sistemas fortificados recolhe algum consenso na historiografia portuguesa, sendo frequentemente apontada como a principal razão para a desconcertante rapidez e extensão da expansão na sua fase inicial. É um facto que Portugal foi pioneiro com a introdução do primeiro navio de alto bordo construído para a guerra no mar, a caravela redonda (Domingues, 2004), e a utilização da artilharia embarcada fez-se de uma forma se não inovadora, pelo menos generalizada e eficaz. Esta combinação versátil abriu novas possibilidades ao desempenho de operações militares: o poder de fogo das embarcações artilhadas permitiu o apoio próximo às tropas, conferindo-lhes uma potência de ataque concentrado sem paralelo com o passado. Também no capítulo da arquitectura militar os portugueses seguiram as evoluções que aconteciam na Europa (Moreira, 1982). As deambulações de Francisco de Holanda em Itália, ou a participação em expedições militares de grande envergadura – como o assalto a Tunes em 1534 –, permitiram o contacto com as mais recentes tendências no campo dos sistemas de fortificação no local onde se procedia à experimentação de novos modelos. No que respeita ao exército terrestre persiste a ideia de uma deficiente ou tardia assimilação da guerra europeia, consequência de uma crónica falta de reflexão teórica. Sem a ameaça de Espanha, a criação e implementação de tal estrutura não seria premente, e nos presídios do Norte de África – o teatro de operações mais próximo – a guerra reduzia-se à tradição militar da época da Reconquista. Afinal, o *Algarve de Além-mar* era a nova fronteira com o espaço islâmico. De facto, em 1573, muitos cavaleiros ainda se equipavam ao *modo de África*, com lan-

ças e escudos de origem mourisca. Contudo, também tiveram lugar alterações significativas no modo de combater dos portugueses que coexistiram com as práticas de guerra tradicionais. Estas mudanças têm sido encaradas como marginais, situação a que não é alheia a obsessão da historiografia militar por batalhas campais de grande envergadura. Mas se as operações militares dos portugueses não têm essa dimensão quantitativa, é também verdade que a conquista de Malaca (1511) ou acções mais limitadas como o combate de Beadalá (1538), necessitaram de um elevado grau de coordenação e adestramento dos soldados, e evidenciam o conhecimento dos esquemas tácticos usados na Europa de Quinhentos.

A EXPANSÃO MANUELINA NO NORTE DE ÁFRICA (1508-1512)

O ano de 1508 foi particularmente importante no percurso bélico português. Com a publicação das ordenanças manuelinas, iniciou-se um notável processo de modernização do aparelho militar. Destinadas a reorganizar a guarda de D. Manuel, estabeleceram dois corpos distintos, um apeado e o outro a cavalo, comandados por um capitão-mor. Os soldados, recrutados em Lisboa, foram divididos por 5 capitâncias a cargo de oficiais experientes na guerra europeia. Foi também instituído um regime de treino, o soldo atribuído, e as armas com que os homens se deviam equipar. No mesmo ano foram organizadas 3 companhias e, juntamente com a guarda real, começaram a ser treinados por veteranos de Itália tendo como objectivo uma intervenção no Norte de África. Em Agosto, estes soldados participaram num primeiro assalto fracassado ao castelo de Azamor, e em Setembro acorreram a Arzila que se encontrava sob cerco. Do ponto de vista militar, foi uma ocasião particularmente importante, pois para além da presença dos soldados das ordenanças, teve lugar uma preciosa colaboração com um contingente espanhol de socorro comandado por Pedro de Navarro.

O CERCO DE ARZILA (15-28 DE OUTUBRO DE 1508)

As forças do sultão de Fez Muhammad al-Burtuqàli (1464-1526) possuíam artilharia, mas o assédio consistiu inicialmente em operações de minagem agressivas apoiados por numerosos atiradores, entre os quais alguns espingardeiros. É curioso não ser referida a utilização de artilharia pelos portugueses, e apenas teriam um número muito limitado de atiradores equipados com espingardas. A cidade foi perdida logo no segundo dia de cerco e os defensores refugiaram-se no castelejo. A situação era crítica, pois

os sitiantes tinham-se apoderado de um significativo troço da muralha, que ia do baluarte da Praia e o baluarte de Santa Cruz, e fortificaram a praia para impedir o desembarque de reforços. O capitão da cidade encontrava-se em Tânger, e rapidamente organizou uma frota de socorro que chegou à cidade a 17. Os reforços afluíam, e a 21 chegaram voluntários provenientes do Porto de Santa Maria, de Caliz, e de Jerez da Fronteira. A 25 chegou Pedro Navarro, despachado pessoalmente pelos Reis Católicos. Sem perder tempo, fez desembarcar no próprio dia um troço de cerca de 30 alabardeiros e bombardeou de forma feroz e sistemática as posições sitiantes, resultando numa tal destruição que foi necessário pedir a suspensão do fogo dos canhões para preservar a cidade. Estava dado o mote, e três dias depois o sultão fez retirar as suas forças.

Para o assalto do dia 26, Navarro organizou 3 troços, *com ãa banda de suíços em sua ordenança, e D. João de Meneses e o capitão dos jinetes com muita e boa gente, e acrescenta, cada um por sua rua* (Rodrigues, 1915, p.22), portanto organizados em colunas. Atrás vinham os restantes espanhóis de Jerez de la Frontera, de Caliz e do Porto de Santa Maria. No dia seguinte teve lugar novo ataque a partir da porta do *Albacar*. Depois de destruídas as fortificações e dispersados os mouros entrincheirados, seguiu-se uma demonstração de força. Os soldados suíços manobram em caracol impassíveis aos muitos milhares de cavaleiros que escaramuçavam à sua volta, com a desenvoltura própria dos mercenários mais reputados de toda a Europa. A marcha estendeu-se *do Facho até o outeiro de Fernão da Silva* (Rodrigues, *op. cit.*, pp.22-23) e terá sido a primeira vez que tais formaturas se utilizaram em Marrocos.

O CERCO DE TÂNGER (JUNHO DE 1511)

Três anos depois, em Junho de 1511, foi a vez da cidade de Tânger sofrer um cerco. Entre os socorros enviados encontrava-se um contingente de 300 besteiros biscaínhos comandados por Francisco Danzilho, construtor em Ceuta e Safim. Por esta altura, as armas de fogo portáteis já eram relativamente comuns entre as guarnições dos presídios portugueses: a guarnição de Safim no ano de 1511 possuía 32 espingardeiros, 36 besteiros apeados e 31 besteiros montados, sendo os espingardeiros a terça parte do total de atiradores (Cosme, 2004, pp.150-153), em comparação com escassos 6 espingardeiros durante o cerco de Arzila de 1508. Tal como em Arzila, os sitiados saíram do castelo e formaram em ordem de batalha: O capitão da praça, D. Duarte, colocou 2 batalhas de 300 homens na vanguarda, Danzilho com seus trezen-

tos biscainhos, todos besteiros, e outra dos moradores e oficiais da cidade com bestas e espingardas, e outros com lanças e adargas (Rodrigues, op. cit., p.81). Cerca de 200 cavalos seguiam na retaguarda sob o seu comando pessoal, o que parece traduzir a importância acrescida que a infantaria ganhava, mesmo num teatro de operações muito diferente do europeu. Uma ordem de batalha semelhante foi organizada por Martim Afonso de Sousa no Oriente, mas desta vez como manobra de parada.



Figura 1: Ordem de batalha em Tânger (Junho de 1511) e demonstração na Índia (Inverno de 1535).

AZAMOR (SETEMBRO 1513)

O culminar do processo manuelino de modernização militar – diga-se, de europeização – ocorreu dois anos depois, com a conquista definitiva de Azamor (Setembro 1513). Os efectivos envolvidos foram particularmente elevados, 18.000 soldados de infantaria, 15.000 a soldo do rei e 3.000 do Duque de Bragança. A frota teve de fundear em Mazagão, impedida pelo nevoeiro que encobria toda a barra de Azamor. O desembarque dos muitos milhares de homens e respectivo equipamento demorou vários dias, mas acordar com a fidalguia indisciplinada como formar o exército terá sido tarefa ainda mais difícil. No final, satisfeitas as pretensões mais críticas, os soldados de infantaria formaram em quatro grandes esquadrões com cerca de 2.000 homens cada um. A marcha de aproximação a Azamor garantia a protecção do flanco esquerdo pela proximidade do mar, pelo que o efectivo dos esquadrões no lado oposto foi reforçado. Na direita estava o capitão da guarda de D. Jaime, João Rodriguez, com 14 bandeiras (cerca de 2.500 soldados) do duque e **catorze berços encarretados** (Sousa, 1745, p.44), e

atrás o esquadrão de Cristóvão de Leitão com 2-2.500 homens. No lado esquerdo da vanguarda seguia o esquadrão de D. Luís de Meneses com 2.000 homens, e os cerca de 1.600 homens de Jorge Barreto na retaguarda. O dispositivo estava enquadrado por atiradores – **todos estes quatro esquadrões de gente de pé iam semeados de besteiros, e espingardeiros** (Caetano de Sousa, *op. cit.*, p.46) – e no meio seguia a bagagem. A cavalaria dividiu-se em 6 troços: dois pelos lados dos esquadrões da frente a cargo de D. João de Meneses, dois no intervalo entre a vanguarda e a retaguarda (cerca de 400 homens), e outros dois na retaguarda com o duque; trata-se de uma formatura idêntica à que foi utilizada pelas tropas espanholas na expedição de Orão (1509), por sinal comandada por Pedro de Navarro.

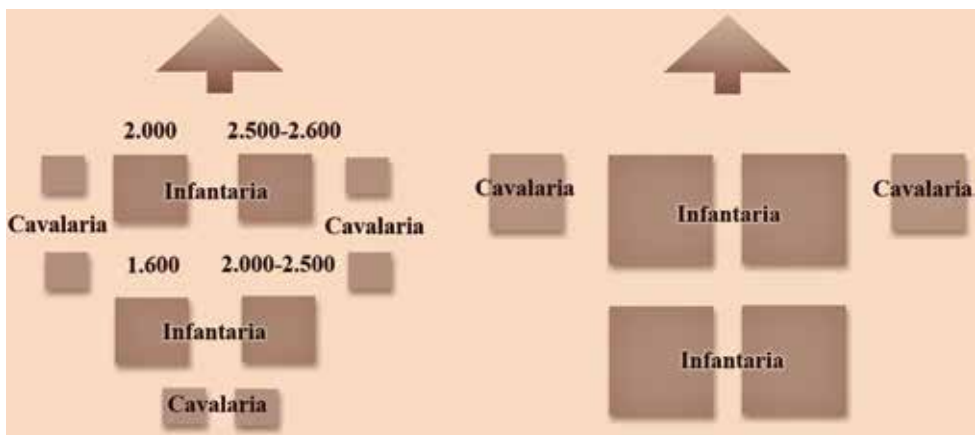


Figura 2: Ordem de batalha em Azamor (1513) e Orão (1509).

BATALHA DOS ALCAIDES (12 DE ABRIL DE 1514)

A Batalha do Alcaides feriu-se perto de Azamor, e foi outra ocasião em que os soldados das ordenanças participaram. Ao contrário do que sucedeu em Azamor, foi a cavalaria que tomou a dianteira, 800 lanças divididas por 5 azes, incluindo as 1.500 lanças do aliado Yahyā bin Ta'fūft. Na segunda linha, construíram-se 2 esquadrões com a gente das ordenanças, a 1.000 homens cada um. Eram comandados por João Rodrigues, capitão da guarda do duque de Bragança, e Pero de Moraes (Costa e Rodrigues, 2007), dois veteranos de Itália que estiveram presentes na conquista de Azamor. A carriagem com as munições e abastecimentos seguia entre a cavalaria e os esquadrões de infantaria, protegida ainda por alguns cavalos e *carretas com bombardas* (Rodrigues, *op. cit.*, p.46). O desfecho deste encontro poderia ter

sido desastroso para os portugueses, não fossem os soldados das ordenanças a proteger a retirada dos cavaleiros que investiram sobre os adversários de forma demasiado impetuosa.

MAMORA (26 DE ABRIL A 10 DE AGOSTO DE 1515)

A expedição de Mamora foi a derradeira operação militar manuelina em que participaram soldados das ordenanças. A frota de 200 embarcações com cerca de 8.000 homens chegou à barra do rio Cebu a 24 de Junho (Domingo) e, tal como os soldados suíços de Navarro em 1508, os soldados das ordenanças foram os primeiros a saltar em terra, formando em dois esquadrões para protegerem o local de desembarque. Pouco tempo depois chegou o exército de Mohammed Al-Burtuqâlî, verificando-se então que o local escolhido era desfavorável, situação agravada pela artilharia inimiga que batia ininterruptamente a posição. Planeou-se um assalto às *estâncias de bombardas* (Cenival, 1934, p.730), destinado a capturar ou destruir as peças inimigas: um ataque frontal teria lugar colina acima, apoiado por uma força embarcada que se destinava a atacar a posição pelo flanco. O comando foi entregue aos capitães de maior confiança, Tristão da Cunha, Rui de Melo e o inevitável Cristóvão de Leitão. A confiança nos soldados das ordenanças era grande e por essa razão ocuparam a posição principal divididos em 3 esquadrões de 1.000 homens cada um, enquanto a força de diversão era constituída por 500 soldados distribuídos por vários batéis. Este desdobramento fazia antever uma operação difícil que exigia um elevado grau de coordenação. A ofensiva dos soldados das ordenanças desenvolveu-se por um terreno desfavorável – uma encosta defendida por posições preparadas – e terminou com o inesperado massacre dos assaltantes, cerca de 1.200 mortos, na sua maioria gente das ordenanças. Finalmente, a 10 de Agosto os portugueses aceitaram a derrota e evacuaram as posições, interrompendo abruptamente este ciclo de expansão no Norte de África.

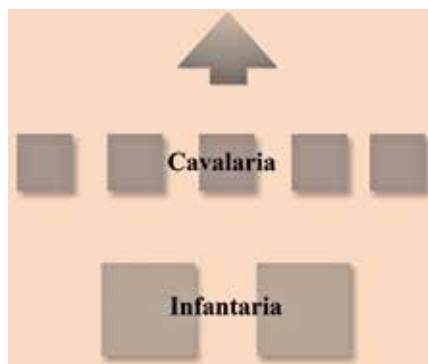


Figura 3: Formatura na Batalha dos Alcaides (1514) segundo Oliveira e Costa e Rodrigues (2007).

O ORIENTE DE AFONSO DE ALBUQUERQUE (1509-1515)

Na Índia, o cunho marcadamente territorial do governo de Afonso de Albuquerque foi acompanhado pela introdução de uma nova estrutura militar. Por volta de 1510, quando da primeira conquista de Goa, encontramos a primeira vez referência ao emprego de gente de ordenança no Oriente. Seriam cerca de 1.200 homens, comandados por João Fidalgo e Rui Gonçalves, veteranos de Itália. Cada um teria a seu cargo 12 esquadras de 50 soldados que se distribuíam por duas bandeiras de 300 homens, organização idêntica ao escalão mais baixo da *ordenanza* espanhola. A nova estrutura militar não tardou a ser posta à prova, e em 1512 teve a sua primeira intervenção vitoriosa, durante a conquista de Goa. O caso de estudo mais interessante desta campanha é o ataque a Benasterim. Os soldados portugueses utilizavam pela primeira vez o pique, para além de *espingardões e espingardas que este ano vieram do Reino* (Correia, 1975, pp.303-304), e foram organizados em 4 esquadrões: na vanguarda seguia Pero de Mascarenhas com a gente de ordenança, 8 companhias que perfaziam 800 homens, formados em *galé fechada*, seguidos por outros 3 esquadrões, Albuquerque ao centro, na direita o seu sobrinho Garcia de Noronha, e do outro lado Manuel de Lacerda.

A formatura da *galé* – também designada pelos tratadistas como *galé fechada* ou *cerrada* – é uma tipologia algo obscura, da qual apenas encontrámos referência no *Regimento de Guerra* do português Martim Afonso de Melo (c.1568), e *Il primo libro del Trattato Militare* do italiano Giovanni Matteo Cicogna (1567); da sua utilização em combate, só sinalizamos a descrição de Gaspar Correia.

A construção era complexa: *fica parecendo esporão, e a retaguardia popa de Galé; e se vos sobejarem arcabuzeiros metereis um, e um entre fileira, e*

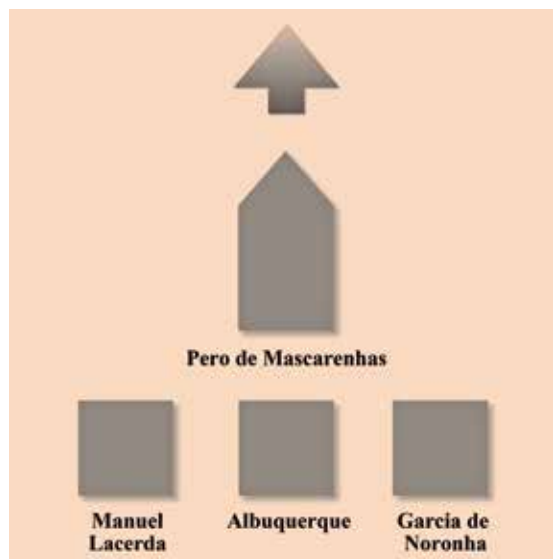


Figura 4: Ordem de batalha no passo de Benasterim, Goa (Novembro de 1512).

fileira de piques pelas ilhargas, então fica a Galé formada, os do meio por coxia, os piqueiros por remeiros (Sousa, 1948, p.365). O esquadrão das ordenanças executou depois um *caracol* em frente ao inimigo – *chegando onde ora está S. Lázaro fez o caracol com muita ordem* (Correia, *op. cit.*, pp.303-304) – facto significativo no que respeita ao treino dos soldados, tendo em conta a natureza da formatura em que se encontravam formados. O caracol era uma manobra muito utilizada durante o século XVI, embora fosse caindo em desuso no campo de batalha:

Fará volta larga em redondo, irá demandar com a vanguardia a retroguardia, e chegando a ela, tornará pela banda de fora que lhe fique a retroguardia dentro, e desta maneira irá caminhando sempre bem junto à ordem (...) carregará a gente para dentro para que o caracol vá cerrando (...) até que não fique mais dentro, que uma pequena praça (Sousa, 1948, p.365).

Em 1513, a captura de Adem ficou novamente a cargo dos soldados das ordenanças. Cerca de 1.700 portugueses foram divididos em 3 grupos de assalto: na esquerda Garcia de Sousa com um esquadrão com 600 homens, na direita o governador com igual número, e no meio Manuel

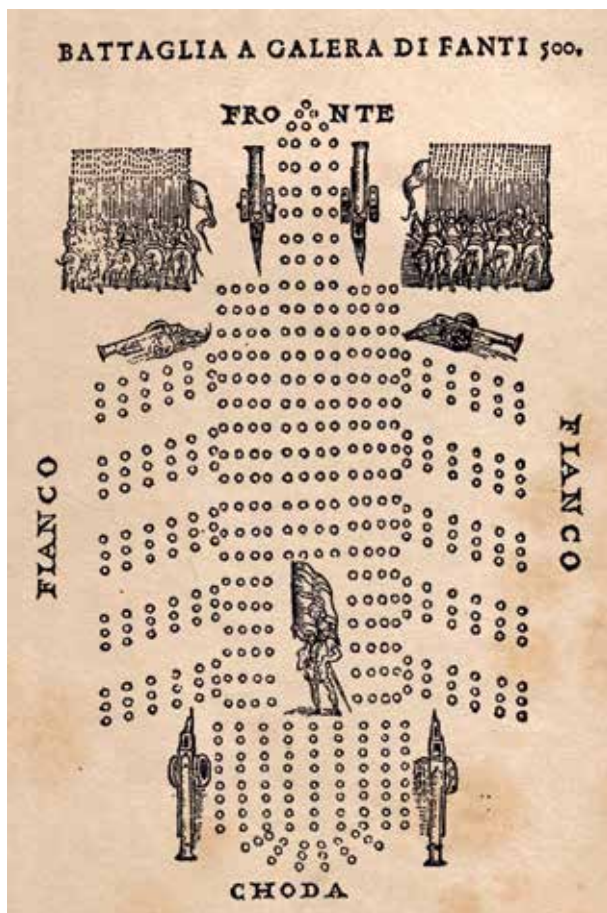


Figura 5: *Battaglia a galera di fanti*, Cicogna (1567).

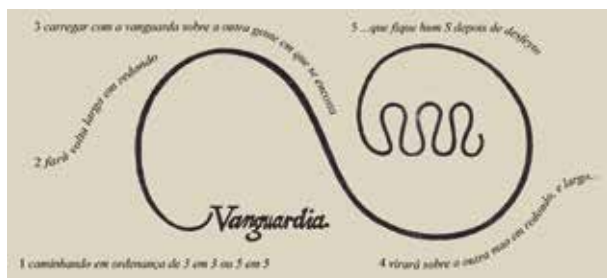


Figura 6: A manobra do *caracol* segundo Martim Afonso de Melo (c.1567).

Fidalgo e Rui Gonçalves com 300 soldados. Cada esquadrão trazia escadas construídas propositadamente para que quatro homens subissem simultaneamente. No extremo esquerdo, 100 homens às ordens de Henrique Homem deviam flanquear a muralha, subindo pela penedia que *estestava* a cortina pelo lado esquerdo. Porém, vários percalços impediram a boa concretização do assalto, desde a fragilidade das escadas à falta de armas de fogo para apoiar o assalto, e Afonso de Albuquerque foi obrigado a desistir da empresa.



Figura 7: Aden, gravura de Gaspar Correia.

O início do século XVI português foi de alargamento territorial. Assim, Pedro de Navarro não só impediu a queda de Arzila, uma das peças com que se pretendia estrangular o Norte de África islâmico, como aprofundou o contacto dos portugueses com a realidade militar europeia no local mais adequado: o campo de batalha. Navarro regressou, mas deixou nesta praça dois oficiais, nada menos que o seu mestre-de-campo e sargento-mor. Assim se alimentou a prática da nova escola militar enquanto durou o esforço expansionista manuelino, cujo principal esforço assentou, nesta fase inicial, sobre os soldados da ordenança. Com a pesada derrota de Mamora terminou a política manuelina de alargamento territorial no Norte de África. Em 1516 o rei ordenou a extinção da sua guarda, pondo um fim prematuro para o processo de implementação desta estrutura militar.

Durante o reinado de D. João III, a pressão militar sobre as possessões dos Portugueses intensificou-se. Depois da perda da fortaleza de Santa Cruz (1541) a resposta foi de concentração de meios, optando-se pelo abandono de muitos dos pontos fortificados no Norte de África. Tratando-se de contracção territorial, a milícia estaria condenada a um papel subsidiário, mas o irmão do rei, D. Luís, foi mentor de diversas iniciativas militares, a mais celebrada das quais a sua participação pessoal na conquista de Tunes (1534). Uma profunda reestruturação militar do Reino era visto por muitos como uma necessidade premente, mesmo de sobrevivência. As cortes de 1562 deixaram-no expresso de forma inequívoca, e por essa razão o reinado de D. Sebastião foi o culminar de todo o esforço de modernização do aparelho militar português desde D. Manuel. Sem dúvida que as facções mais agressivas da sociedade se reviram no jovem rei, e portanto todo o repensar das reformas teve como principal objectivo a afirmação de Portugal pela via das armas. A legislação de carácter militar produzida foi abundante, mas também coerente e, sobretudo, aplicada de forma progressiva.

Em 1568, ano em que D. Sebastião foi coroado, foram criadas companhias de ordenança no Porto. No mesmo ano D. Luís de Ataíde seguiu para a Índia como governador, e levava como regimento, entre muitas outras coisas, criar companhias de ordenança, e no ano seguinte reestabeleceram-se as companhias de ordenança de Lisboa. Em Novembro de 1570 foi publicado o *Regimento dos capitães-mores*, que estendeu a criação de companhias de ordenança a todo o território, reestabelecendo um regime de adestramento obrigatório. Em Julho de 1571 foi criada a capitania-mor da ilha Terceira, complementando as ordenanças de S. Miguel que haviam sido criadas em Outubro de 1562, e em 1573 foi criada a capitania-mor do Algarve.

Os exercícios estipulados na lei de 1570 foram realizados um pouco por todo o país. Em Valença do Minho, por exemplo, existiam 2 companhias de ordenança que se exercitavam regularmente (Sousa, *op. cit.*, p.379). Em Lisboa, os primeiros exercícios militares tiveram lugar em Julho e Setembro de 1570, e repetidos em Junho e Outubro de 1571. O ano de 1572 foi ocupado pela preparação da esquadra destinada a integrar a Santa Liga. O levantamento dos 4.000 soldados em Lisboa começou a 28 de Abril, e é de supor que houvesse lugar a exercícios de adestramento, como aconteceu 6 anos mais tarde para a expedição de 1578. Mas a atenção do rei parece já dirigir-se para o Norte de África. Em Agosto, o antigo capitão de Mazagão, Rui de Sousa Carvalho, foi nomeado governador a Tânger com um reforço de quinhentos cavalos. Os exercícios previstos na lei de 1570 não teriam

caído no esquecimento, pois no final de 1572 o rei assistia a um *alardo* com as companhias de ordenança de Évora, orientado por um oficial italiano. Mas é fora da capital que temos uma imagem mais clara da implementação do *Regimento*. Durante a viagem de ao Alentejo e Algarve que se prolongou de 3 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 1573, ficou demonstrado o potencial de recrutamento destas regiões: cerca de 20.000 homens presentes em 12 alardos. Uma situação curiosa registou-se em Faro, quando as 9 companhias da cidade (cerca de 1.500 homens) apresentaram-se formadas num esquadrão com os flancos *guarnecidos* com carretas artilhadas *com berços*, uma situação operacional que parece agradar aos portugueses: está registado em Azamor (1513), durante as campanhas de Cristóvão da Gama na Etiópia (1541-1542), e na batalha de Alcácer Quibir (1578). A jornada de 1573 teve o mérito de confrontar os legisladores com a prática do diploma de 1570, resultando na publicação do *Provimento às ordenanças* de 1574. Deixou também evidente o êxito das ordenanças no Sul de Portugal, enquanto no Norte do país a situação terá sido diferente, talvez por a região se encontrar fragilizada por sucessivas crises demográficas. De facto, em 1577 o enviado régio Pero Lopes confrontou-se com grandes dificuldades para levantar os soldados destinados que então se preparava.

A produção legislativa foi acompanhada pela publicação de numerosos tratados militares, ainda que na maioria na forma manuscrita. O primeiro foi, provavelmente, o *Regimento de Guerra*. Foi escrito entre 1567-70, e revela uma forte influência do italiano Giovan Matheo Cicogna (1567) e do espanhol Luís Gutierrez de la Vega (1567). Outro manuscrito, *Dialogo e Discurso militar*, foi escrito em 1573 pelo sargento-mor da capitania do Algarve, João da Fonseca. Nesse ano foi publicado o *Quarto livro das instruções militares de Isidoro de Almeida*, o único texto a ser impresso, e por volta de 1574 D. Sebastião também teria escrito um texto *De re militari*, provavelmente vinculado com o tratado de Girolamo Cataneo (1563). Em 1575 terá sido publicado o manuscrito de Simão Miranda de Távora, o *Tratado de milícia*, e depois foi a vez de Diogo Álvares Correia publicar a tradução (c.1576) de um dos textos italianos mais divulgados de todo o século XVI, o *Livro de Vallo*.

É fácil de compreender a influência da tratadística contemporânea oriunda de Espanha é fácil de compreender, dado a preponderância militar e proximidade geográfica e familiar. As ordenanças de 1570 evidenciam vários paralelos com a legislação e prática espanhola, como se verifica, por exemplo, na orgânica das companhias portuguesas. O conhecimento e circulação de textos italianos é igualmente compreensível. São conhecidos os

laços familiares entre o monarca português e o duque de Sabóia Emanuel Filisberto, filho de Carlos III e D. Beatriz de Portugal, em cujo ducado tinha lugar um processo de reformulação do poder militar idêntico ao português. D. Sebastião mantinha correspondência com o primo, figura particularmente importante no xadrez político militar europeu, onde contratou 5 oficiais italianos para treinar os soldados portugueses das ordenanças. Estes desembarcaram em Lisboa em 1572, e encontramos o rasto de um deles – um *italiano velho* (Serrão, 1958, p.115) – em finais desse mesmo ano da cidade de Évora, a orientar um alardo a que o rei assistiu. Evidentemente que não seria apenas o regime de adestramento preconizado pelas ordenanças a formar soldados aptos para a guerra. A principal preparação do soldado quinhentista era adquirida pela prática, militando na guerra, e em Espanha e Portugal os presídios ultramarinos foram, como se sabe, escola de primordial importância. Os autores dos tratados eram muitas vezes veteranos, tendência que se foi afirmando com o final do século, e os portugueses não fugiram à regra: Martim Afonso de Melo e Diogo Álvares Correia combateram na Europa, Norte de África e Oriente, João da Fonseca e Simão Miranda de Távora na Flandres, Isidoro de Almeida em Itália.

O FIM DO CICLO PORTUGUÊS NO NORTE DE ÁFRICA (1574-1578)

Nas fortalezas do Norte de África a falta de soldados era crónica, situação que desde cedo se procurou atalhar. Desde o cerco de 1562 que ficaram estacionadas duas companhias de infantaria, e no início dos anos 70 Tânger possuía o mesmo efectivo; em 1574 o rei ordenou a criação de uma segunda companhia de infantaria em Ceuta (Braga, 1998); em Julho de 1577 D. Duarte de Meneses instalou 700 soldados em Arzila. A cavalaria das praças foi também reforçada. Em 1572 Rui de Sousa Carvalho foi enviado para Tânger com 500 cavalos. Foi durante o reinado de D. Sebastião que se introduziram cavalos pesados nas praças de África. O contingente que chegou a Tânger em 1572 igualava o efectivo de infantaria da praça, situação fora do comum, que nos leva a crer que deveria incluir um certo número destes cavalos, tal como referido por um cronista coevo (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*, 1989, p.87).

A jornada de 1574 é o corolário de uma série de acções encadeadas que recuam ao ano anterior: a viagem de inspecção ao Alentejo e Algarve, entre 3 de Janeiro e 11 de Fevereiro, depois a criação do cargo de sargento-mor do Algarve em 24 de Janeiro, a 21 de Julho a capitania do Algarve, e finalmente o *Provimto* de 15 de Maio de 1574. O arrolamento dos soldados começou a

2 de Junho de 1574, e a 19 de Julho D. António partiu para Tânger acompanhado por algumas centenas de fidalgos a cavalo. D. Sebastião tinha calculado levar 1.000 cavalos e 6 companhias de infantaria (1.500 homens), o que parece irrisório face às 103 companhias inspeccionadas no início de 1573. Mas a verdade é que não se recorreu ao Sul de Portugal, e apenas foram levantadas 2 companhias Lisboa e outras 2 no Porto, deixando em aberto a hipótese de que se pretendia ensaiar as potencialidades de recrutamento a Norte.

A esquadra deixou Cascais a 17 de Agosto, e a 24 ancorou em Ceuta. Na ausência de movimentações militares, o rei decidiu fazer um reconhecimento a Tetuão com as galés e um pequeno contingente montado, fazendo três cativos. A frota seguiu então para Tânger, onde chegou no dia 30 de Setembro. Depois de um reconhecimento no dia 4 ou 5, no dia 8 a atalaia da serra de São João avistou o exército inimigo, que se aproximava pelo lado de Fez. No domingo dia 10 o rei saiu novamente em reconhecimento, estimando cerca de 5.000 cavalos inimigos em campo. Para os reconhecimentos de 4-5 e 10 de Outubro participaram 800 cavalos desdobrados numa formação tripartida: um esquadrão de 400 cavalos no centro flanqueado por 2 esquadrões, cada um com 200 homens.

Este desdobramento táctico era corrente no século XVI, mas distribuição dos efectivos – o somatório das alas totalizando o total do esquadrão do

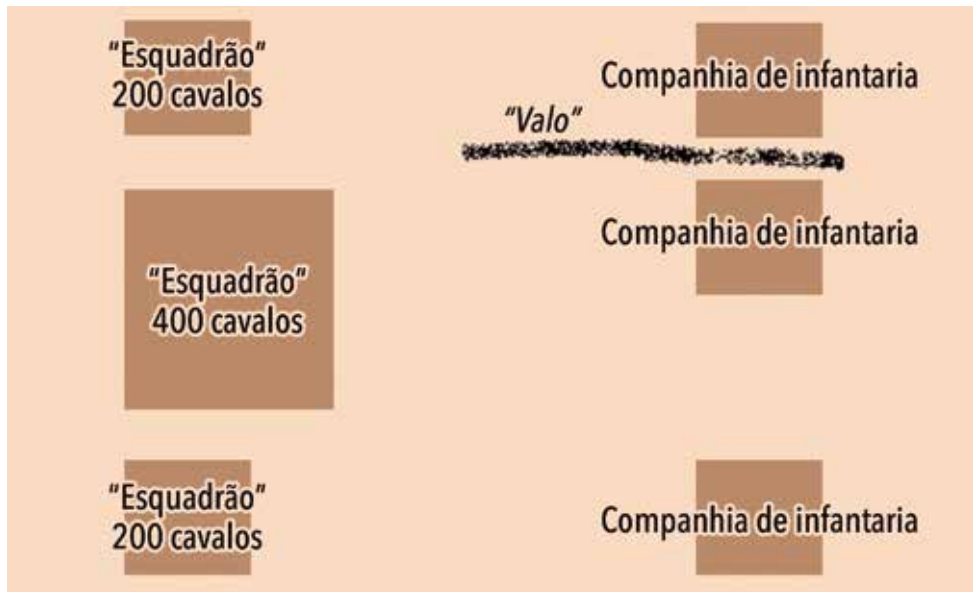


Figura 8: Ordem de batalha tripartida, Tânger (4-5 e 21-22 de Outubro de 1574).

centro – é típico da época tardo-medieval, sendo idêntico ao adoptado na vanguarda dos Portugueses em Aljubarrota.

Depois de uma semana de pequenas escaramuças, no dia 20 de Outubro os dois exércitos enfrentaram-se fora das muralhas. Oferecer batalha campal ao adversário era inédito para os fronteiros, e a decisão foi tomada *contra parecer de todos os do meu conselho* (Machado, 1736-51, v.4, p.26). No início, D. Sebastião contentou-se em assistir aos combates, mas à tarde juntou-se às tropas. No dia seguinte teve lugar novo confronto com o rei no comando, que terminou com uma carga de 60 cavalos acobertados liderados por D. Sebastião que literalmente varreu toda a oposição.

A formatura nos dias 20 e 21 de Outubro também se pode atribuir a D. Sebastião, eventualmente socorrendo-se da ajuda de um dos conselheiros militares que acompanhava a expedição, Isidoro de Almeida, um veterano das guerras de Itália. Segundo o plano, duas forças de galés a norte e a sul de Tânger deveriam condicionar o inimigo forçando-o a cair sobre o grosso das defesas dispostas em torno do revelim *dos pumares* (Machado, *op.cit.*, p.27).



Figura 9: A porta do campo e o revelim dos pomares, gravura de Hollar (porm.).

As forças totalizavam 8-900 cavalos e 2.000 soldados a pé: a infantaria foi dividida em dois esquadrões ocuparam os dois flancos do revelim e a cavalaria foi dividida em 3 esquadrões: dois em apoio da infantaria e um terceiro, mais *grosso*, no centro do dispositivo. Portanto, o mesmo esquema tripartido dos reconhecimentos, com a diferença de que no dia 21 um esquadrão de 100 cavalos estava *em cilada encoberto*, no extremo Sul (Machado, *op. cit.*, p.36).

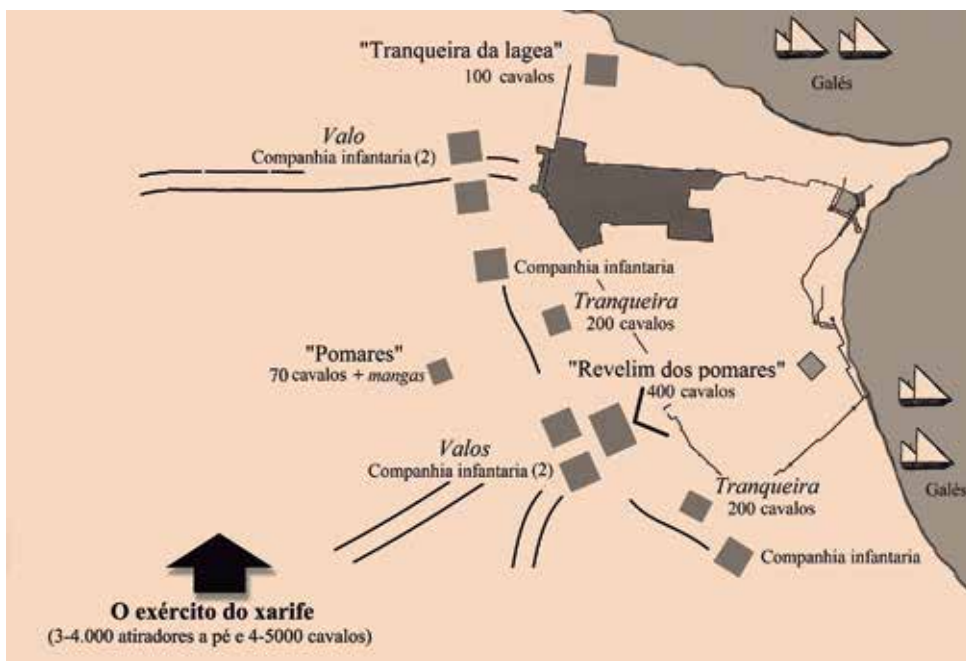


Figura 10: Dispositivo defensivo em Tânger (21-22 Outubro de 1574).

Sem dúvida que expedição a Tânger foi uma acção de reconhecimento e treino, No seu relato, D. Sebastião escreveu: *vivificar o esquecido uso, e exercício nos homens*, deixando claro que pretendeu que a soldadesca soldados e oficiais se exercitassem nesta guerra (Serrão, 1967, p.332). Era evidente que se pretendia uma postura agressiva para África, e a viagem serviu como preparação para uma nova expedição de âmbito bem mais alargado: *pera entender melhor, e de mais perto o como poderia mandar fazer a guerra ao Xarife, com maior poder* (Loureiro, 1989, p.180).

O contexto político-militar da segunda e derradeira expedição sebástica ao Norte de África não tem sido devidamente sublinhada, pois a batalha de Alcácer Quibir foi o último episódio da guerra de sucessão ao trono sávida, travada entre 1574-78. Depois da morte de Muhammad al-Ghalib (1557-1574), sucedeu-lhe o filho Muhammad al-Mutawakkil. O seu tio Abd al-Malik contestou a sucessão com a ajuda dos turcos. Em 1576, vencidos dois encontros decisivos - Ar-Rukn (16 Março) e Khaynuqa-r-Rayhan (14 Julho) - assumiu o poder. Al-Mutawakkil não se declarou vencido. Recorreu primeiro aos espanhóis, que depois da perda de Tunes (1574) e com a guerra da Flandres para alimentar negociavam tréguas com a Turquia. Restava tentar a ajuda dos portugueses. Em Junho de 1577 o alcaide de Arzila entregou a

cidade, e no final do ano o *xarife* destronado acabou por formalizar um pedido de ajuda. Em Portugal, os preparativos formais iniciaram-se em Junho, com a nomeação dos 4 coronéis encarregados de arrolar 12.000 soldados das ordenanças. Iniciaram-se as diligências para contratar os imprescindíveis soldados profissionais em Itália e Espanha, que esbarrou com a oposição, mais ou menos velada, do monarca espanhol. D. Sebastião não desistiu, e acabou por fechar o negócio com Guilherme de Nassau, adquirindo também armas e munições de calibre idêntico, passo fundamental para facilitar o respectivo transporte e utilização. Os mercenários chegaram a Portugal em finais de Maio de 1578, juntamente com o material de guerra adquirido.

A 25 de Junho a frota partiu, e depois de uma escala em Lagos aportou em Cádiz a 28. Aguardou-se a chegada de Francisco de Távora, retido no Algarve por falta de navios, e finalmente a 7 levantou-se ferro. Ao fim do dia cerca de 700 navios fundeavam em Tânger. Embarcados os soldados da guarnição, a frota seguiu para Arzila, onde chegou a 11. A falta das galés prometidas por Filipe II tornava o desembarque em Larache, objectivo oficial da expedição, duvidoso: uma barra tormentosa, pouco larga, com perigosos baixios e fortes defesas (Mendonça, 1904). Com o exército inimigo próximo, as forças desembarcadas arriscavam-se a ficar entre dois fogos. Estes factos irrefutáveis facilitaram a decisão de seguir por terra, que ia de encontro à intenção de D. Sebastião: enfrentar o seu adversário numa batalha campal.

Depois da chegada dos carros de transporte, no dia 28 de Julho iniciou-se uma penosa marcha por terra. A coluna adoptou uma formatura que permitisse uma rápida transposição para a ordem de batalha. A tratadística da época descreve como se devia proceder para transpor a ordem de marcha para a formatura de batalha (Valdés, 1989, p.44). O método corrente era designado pelos espanhóis como *doblar las fileras* (Salazar, 2000, pp.144-45): a coluna immobilizava-se, e o esquadrão da segunda fila ocupava o lugar ao lado da primeira, a quarta fila ocupava lugar ao lado da segunda, e assim sucessivamente.

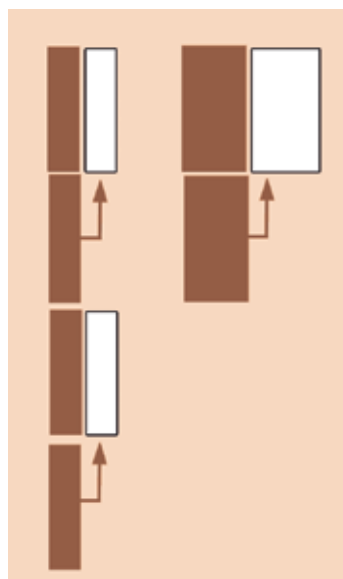


Figura 11: Transposição da ordem de marcha para a formatura de batalha.

A ordem de marcha do exército de D. Sebastião dividia-se em três escalões, vanguarda, batalha e retaguarda. Os terços alternavam-se na vanguarda um dia, na retaguarda outro, guardando distância suficiente para acomodar a bagagem no meio e facilitar um eventual socorro. Na frente da artilharia, D. Duarte de Meneses seguia com cerca de 350 cavaleiros de Tânger; mais dianteiro ia o adail com outros 100 fronteiros em reconhecimento. D. Sebastião e o

duque de Aveiro dividiam entre si o grosso da cavalaria pelos flancos da coluna; atrás de todos, cerca de 50 cavaleiros deviam recolher os retardatários

As dificuldades de levar o exército por terra até Larache avolumaram-se logo ao fim do segundo dia, e o próprio rei admitiu que seria preferível voltar atrás e reembarcar, mas a frota já tinha levantado ferro. Chegou entretanto o capitão Francisco Aldana com mais 500 soldados espanhóis, e a coluna retomou o caminho. O primeiro encontro formal entre Portugueses e Marroquinos deu-se na manhã do dia 3 de Agosto. Um contingente com cerca de 5.000 cavalos, comandados pelo irmão de Abd al-Malik, aproximou-se dos terços da retaguarda da coluna. Com o inimigo a *pouco mais de tiro de bombardas*, o rei ordenou que o exército fizesse alto, e mandou recado a Vasco da Silveira que ordenasse a gente para pelear (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit., p. 171*). Os terços da retaguarda formaram um único esquadrão com *guarnição* de mosqueteiros e as *quinas* reforçadas com duas peças ligeiras. D. Sebastião colocou-se na frente do dispositivo, à frente da cavalaria

A coluna reiniciou a marcha e, mais adiante, avistou as forças de Abd al-Malik. Os dois exércitos ficaram à vista um do outro durante duas horas, com as tropas formadas em ordem de batalha sob o calor da tarde. A

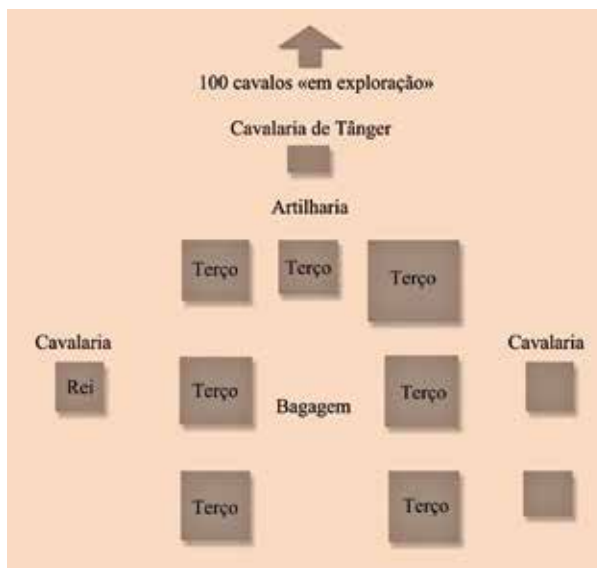


Figura 12: Ordem de marcha (29 de Julho a 3 de Agosto de 1578).

noite passou-se em relativa calma, e antes do nascer do sol do dia 4 de Agosto, depois de um conselho de guerra tempestuoso, os cerca 16.000 soldados de infantaria e 1.500 cavalos formaram para a batalha.

A batalha de Alcácer Quibir é um caso de estudo particularmente interessante pela profusão de testemunhos presenciais e fontes iconográficas. Frei Luís Nieto, Miguel Leitão de Andrada e Jerónimo de Mendonça combateram na primeira linha do exército, tal como o capitão Luís de Oxeda, Simão da Cunha, D. Duarte de Meneses¹ ou o arquitecto Filippo Terzi. A experiência de outros veteranos encontra-se em versão anónima, o mais importante dos quais consiste na *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião*. O seu autor acompanhou o coronel Vasco da Silveira na segunda linha, e por essa razão teve uma perspectiva sobre a vanguarda, ao mesmo tempo que lhe foi possível ter a noção daquilo que se passava na retaguarda. Bernardo da Cruz² não esteve presente na batalha mas seguramente que se serviu de depoimentos presenciais recolhidos em primeira mão, e é o único texto que adianta mais detalhes sobre a retaguarda do exército. O único testemunho proveniente das fileiras sápidas — e por essa razão incontornável — terá sido escrito pelo médico de Abd al-Malik, Joseph Valencia (García-Arenal, 2009). No que respeita à iconografia da batalha, o esboço anexo ao curto relato do *captivo português* foi prova-

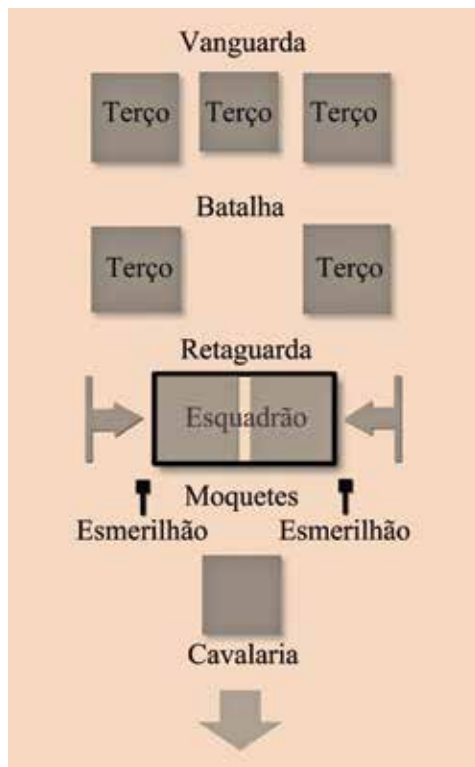


Figura 13: Ordem de batalha (3 de Agosto de 1578).

1.- Embora atribuída a D. Duarte de Meneses, várias imprecisões deixam dúvidas sobre a autoria.

2.- A propósito da autoria do texto, cf. Queirós Veloso, *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, *Academia Portuguesa da História*, 1950, e Augusto Ferreira do Amaral, «António de Vaena e D. Sebastião», sep. *Armas e Troféus*, série V, t. 1, Lisboa, 1982.

velmente a primeira representação gráfica alusiva à batalha, e trata-se de um documento particularmente valioso por ter sido feito por um veterano, tal como as gravuras de Miguel Leitão de Andrada. A gravura do panfleto alemão da autoria de Hans Rogel foi executada em altura muito próxima dos acontecimentos, é a única que parece representar a topografia do local de forma mais correcta.

O ponto de vista dos observadores como testemunhas dos acontecimentos é fundamental para compreendermos como se estruturou a ordem de batalha do exército de D. Sebastião. Um dado particularmente importante colhe-se da maioria destas relações: a evidência de que existiu uma diferença substancial entre o dispositivo planeado e a forma do exército no dia da batalha. A for-



Figura 15: Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea* (1629).

matura terá sido planeada em finais de Junho, num conselho de guerra que teve lugar em Arzila (Codoin, 1862, t. XL, p.82). Os cerca de 15.000 soldados de infantaria, que compreendiam 8-9.000 homens das ordenanças, 3.000 mercenários alemães, 2.000 castelhanos e 1.000 *aventureiros* portugueses, deviam formar 4 esquadrões desdobrados em duas linhas: na vanguarda um esquadrão com os espanhóis e *aventureiros* e outro com os alemães; na segunda linha outros dois esquadrões com os 4 terços das ordenanças

A forma quadrada era considerada por autores e capitães reputados como a forma ideal para fazer a guerra em África, dado a sua geometria a capacitar de oferecer resistência a um ataque vindo de qualquer direcção. A disposição das tropas no dia 4 de Agosto seguiu as recomendações do duque de Alba, registadas numa carta que Francisco Aldana entregou pessoalmente a D. Sebastião. O exército dividiu-se em 3 linhas: os melhores soldados, mercenários alemães e espanhóis, e portugueses da pequena nobreza e veteranos da Índia e Marrocos, encontravam-se na vanguarda. Os portugueses recusaram juntar-se aos espanhóis para formar um único esquadrão como planeado portanto mantiveram-se os três terços na vanguarda: no lado esquerdo 2.100 espanhóis com os respectivos atiradores, na



Figura 16: Ordem de batalha planeada e diagrama do tratado de Domenico Mora (1570).

direita os 2.800 *tudescos* flanqueados pelos arcabuzeiros, e no centro 1.400-1.500 *aventureiros*. A frente do esquadrão dos *aventureiros* avançava em relação aos restantes esquadrões, talvez em apoio dos 24 canhões que seguiam na vanguarda. Foram desdobradas duas mangas de atiradores *em guarnição* dos aventureiros, cerca de 5-600 italianos pelo lado esquerdo e outros tantos soldados de Tânger no lado direito. A primeira linha ficou com uma forma *prolongada*, de proporção 3:1, em vez da *dupla* prevista no desenho inicial. Os dois terços do coronel Vasco da Silveira e de Diogo Lopes de Sequeira, os mesmos que no dia anterior tinham enfrentado os cavaleiros do irmão do xarife, seguiam na segunda linha. Foi construído um único esquadrão como planeado, *vinte bandeiras, que tinha perto de cinco mil homens* (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit., p. 195*), reforçado com *mangas* soltas de atiradores. O lado esquerdo deveria ter sido ocupado pelos dois terços da retaguarda, mas foi convertido numa praça onde a cavalaria se poderia reformar em caso de necessidade, que foi fechada pelo lado exterior com parte dos 500 carros de bois que acompanhavam o exército. Algumas carretas haviam sido preparadas para *que sirvan de carros y de trincheas* (Codoin, 1861, t.XXXIX, p.525), e estavam defendidas por alguns atiradores, o confirma que se tratava do flanco descoberto, portanto com um campo de tiro livre. Porém, a proximidade dos carros ao esquadrão da batalha desagradou a Aldana, receando que os soldados aí procurassem refúgio — conforme veio a acontecer. Os terços de Francisco de Távora e D. Miguel de Noronha mantiveram a formatura de marcha, com a maior parte da bagagem no meio. A fechar o espaço livre entre os dois esquadrões

desdobraram-se entre 300 e 500 mosqueteiros, cujo poder de fogo foi ainda reforçado com 2 ou 3 *esmerilhões*, um dispositivo semelhante ao adoptado no dia anterior. Como cavalaria inimiga ensaiou o envolvimento o exército, julgou-se talvez mais adequado manter o escalonamento em profundidade para dificultar a conclusão daquela manobra

Quanto à cavalaria, os dados disponíveis são ao mesmo tempo precisos e incompletos. Foi D. Sebastião quem se encarregou de construir a formatura do *batalhão* que iria comandar pessoalmente, que obedeceu à forma canónica de *quadro de gente*. Segundo o método corrente, extraía-se a raiz quadrada ao total de soldados disponíveis: $\sqrt{600} = 24$, (9...), o que indicava o número de fileiras do esquadrão (24) e o total de soldados a colocar em cada fileira (24): As *sobras* da operação aritmética permitiram acrescentar uma 25ª fileira: $24 \times 24 = 576$; $600 - 576 = 24$.

No lado oposto ficou o duque de Aveiro com outro esquadrão em *fileiras um pouco mais delgadas* (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit.*), mas a posição e efectivo dos cavaleiros de Tânger é mais problemática. Durante a marcha seguiram na frente da coluna, e podemos supor que ao chegar à vista do campo inimigo teriam retrocedido e ocupado posição na frente do batalhão do duque, chegados ao lado direito. Al-Mutawakkil colocou-se um pouco mais atrás.

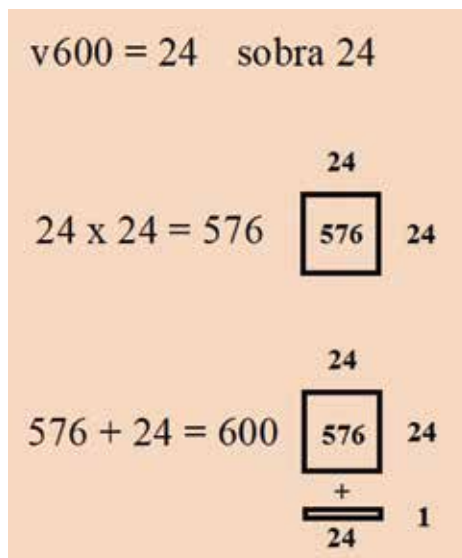


Figura 17: Construir um “esquadrão *quadro de gente*” de 600 soldados.

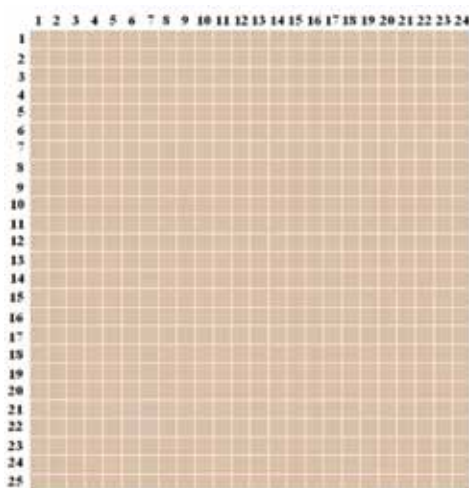


Figura 18: O “*batalhão de cavalos*” de D. Sebastião, 4 de Agosto 1578.

A presença de Francisco de Aldana na jornada de 1578 tem sido entendida como prova da falta de preparação dos portugueses para liderar um exército organizado em moldes europeus. Contudo esta avaliação peca por esquecer um facto sobrejamente conhecido: a contratação de oficiais reputados era uma prática comum ao longo de todo o século XVI; Alessandro Farnese ou Emanuel Filisberto de Sabóia, por exemplo, ocuparam os cargos mais elevados da hierarquia militar espanhola. O monarca português já tinha requisitado ao tio Alonso Vargas, Sancho de Londoño, e foi o duque de Alba, depois de declinar a oferta para servir como general do exército, que indicou Francisco de Aldana. Contudo,

o papel deste homem na jornada de 1578 começou no ano anterior. Filipe II empenhava-se em dissuadir o seu sobrinho de passar a Marrocos, e enviou Francisco Aldana e Diego Torres a indagar as condições defensivas do porto de Larache. Torres era outro entusiasta da intervenção e autor da *Relacion del Origen y Sucesso de los Xarifes, y del Estado de los Reinos de Marruecos, Fez, Tarudante*, que dedicou a D. Sebastião. Os dois partiram por volta de 6 de Fevereiro de 1577 e regressaram a Espanha a 10 de Julho, e apenas quinze dias depois Aldana dirigiu-se para a corte portuguesa com a missão de demover o rei. Curiosamente, foi o espanhol que se deixou convencer, e em meados de Agosto regressou a Espanha depois de afiançar que acompanharia a expedição, e chegado a Espanha dedicou a Filipe II as *Octavas Dirigidas a Felipe II*, nas quais defendeu a expedição e elogia D. Sebastião. Quando Francisco de Aldana e Diego de Torres chegaram a Arzila já o exército seguia para Larache, e o entusiasmo dos espanhóis arrefeceu. Contudo, no conselho de guerra a 4 de Agosto, alguns cronistas relatam a vivacidade com que Aldana defendeu dar batalha, opondo-se a qualquer adiamento.

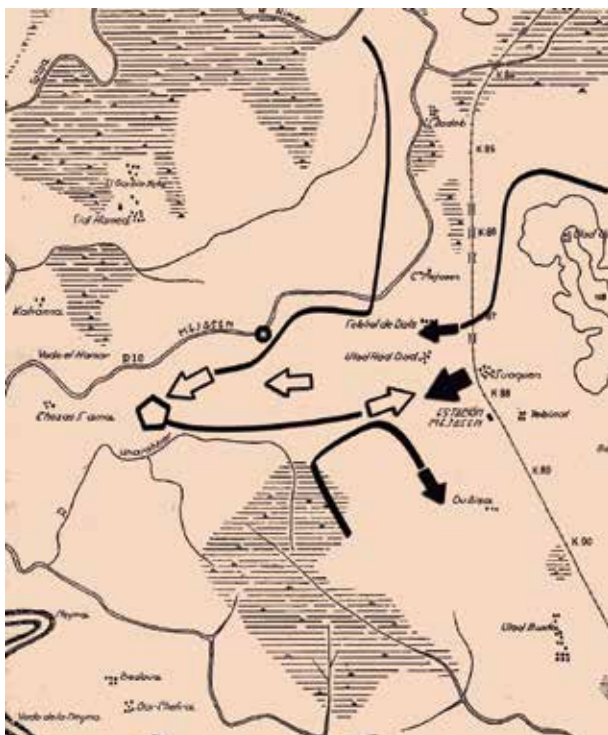


Figura 19: Ordem de batalha final.

Na manhã do dia 4 de Agosto de 1578, a coluna abandonou o alojamento, e seguiu inicialmente o *Harahar* (Esaguy, 1943), um ribeiro afluente do Rur que na altura se encontrava seco, que lhe protegia o flanco direito.

Mais á frente estavam os 30-50.000 homens de Abd al-Malik, formados numa enorme meia-lua: duas linhas de 15-20.000 atiradores por 1.000 cavalos em cada ponta, 24 peças estavam encobertas no cimo de uma colina, por detrás da qual surgiam cerca de 10-20.000 cavaleiros na tentativa de cercar os portugueses. O exército de D. Sebastião parou a cerca de 600 metros do adversário para formar a ordem de batalha definitiva. A vanguarda reiniciava a marcha, quando disparou a artilharia inimiga, ao mesmo tempo que a cavalaria inimiga, que havia rodeado o flanco esquerdo, atacou a retaguarda. Os portugueses foram surpreendidos; e enquanto se colocavam as peças, o rei foi chamado à retaguarda, onde já se combatia. Quando regressou, os atiradores já trocavam nutridas descargas. Vendo os inimigos tão próximos enviou ordem para o duque de Aveiro, que liderava a cavalaria no lado oposto, iniciar o ataque. A resposta tardava, e novo mensageiro foi despachado, mas os aventureiros, impacientes, *já baixavam os piques para ar-*

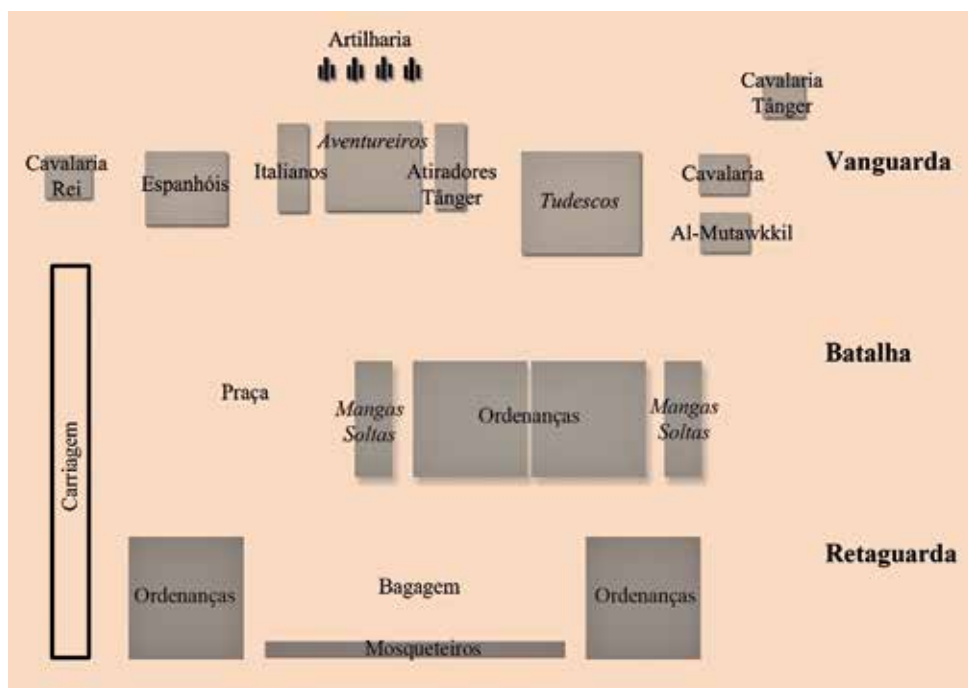


Figura 20: O dia 3 de Agosto e os movimentos na manhã de 4 de Agosto, esquema sobre mapa de Alvarez.

remeter (*Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião, op. cit, p.193*). O rei carregou à frente do seu esquadrão, levando os inimigos de vencida. Atrás, os aventureiros avançaram, seguidos dos companheiros e pela restante cavalaria. A primeira linha de Abd al-Malik cedeu, expondo o centro do dispositivo, e os soldados da frente precipitam-se pela brecha. Os *aventureiros* mais adiantados assistem então à morte do *xarife*.



Figura 21: A liteira de Abd Al-Malik em frente do *esquadrão dos aventureiros*.

A vitória parecia certa, e já alguns mouros se lançavam ao saque mas, subitamente, dá-se a reviravolta: o coronel dos *aventureiros*, Álvaro Pires de Távora, foi atingido com gravidade e o sargento Pero Lopes detém a arremetida. Alguns dos alcaides de Abd al-Malik, com algumas tropas arrebanhadas à pressa, contra-atacam; os fugitivos regressam à refrega, e é a vez dos esquadrões da vanguarda retirarem em grande desordem. Os alemães tinham ordem para não ultrapassarem a artilharia, e foram arrastados pelos companheiros, precipitando-se sobre a segunda linha. Por duas vezes D. Sebastião restabeleceu a situação, com furiosas cargas de cavalaria. Ouve-se que a retaguarda está prestes a ceder, e o rei segue para lá com a maior parte dos cavalos. Tratava-se de um boato, e pouco depois um ataque maciço varreu os destroços da vanguarda dos portugueses. Segue-se o assalto à segunda linha, que se consome numa terrível apoteose, quando os carros com a pólvora rebentam. O rei, já ferido no braço, retira para junto da gente do terço de Francisco de Távora, que teimam em resistir. Os homens do Alentejo e Algarve só se renderam depois da morte do seu coronel, exaustos por cerca de 6 horas de combate ininterrupto. D. Sebastião fugiu com uma mão-cheia de companheiros, mas pouco depois foi morto na confusão que se seguiu à sua captura.

CONCLUSÃO

A queda de Granada marcou o fim de um ciclo na Península Ibérica. A guerra, entendida como um ininterrupto processo de *razzias* ou *algara-das*, entrou no quotidiano das populações da fronteira, sendo mais tarde transferida para os territórios conquistados no Norte de África. Depois surgiram os compromissos militares de Espanha em solo europeu: primeiro as campanhas de Nápoles e depois as guerras dos Países-Baixos. Foi neste contexto operacional que a nova milícia se estruturou, e a sua evolução acompanhou os conflitos armados que surgiram ao longo do percurso da construção imperial espanhola. Contudo, o teatro de operações do Norte de África não foi especialmente favorável, tendo em consideração o número e gravidade das derrotas espanholas. Em 1507 dá-se uma incursão desastrosa ao Reino de Tlemcém onde, de um total de 4.000 homens apenas se salvaram menos de 500; em 1510, uma expedição de 12.000 contra a ilha de Jerba redundou na perda de 2.000 contra um adversário que rondaria igual número; no decurso do assalto a Argel de 1541, o exército espanhol foi completamente destruído, tendo o imperador Carlos V corrido sério risco de vida. Os dois pontos altos foram a conquista de Orão (1509) e Tunes (1534), mas a segunda metade do século trouxe novos reveses militares ainda mais desastrosos: a pesadíssima derrota de 1560 (novamente na ilha de Jerba) e a perda de Tunes em 1574.

No início da expansão manuelina, não existiram diferenças substanciais entre as acções militares dos portugueses e as expedições espanholas no Norte de África. Não foi um mero acaso, mas sim fruto de uma feliz confluência de situações que ocorreram durante o cerco de Arzila de 1508: a presença de veteranos das guerras de Itália no comando das companhias de ordenança, e a chegada do contingente de socorro comandado por Pedro Navarro. Marrocos foi um “cadinho militar” onde coabitaram mestres e aprendizes, facto que permitiu aos portugueses recolher e digerir a preciosa experiência militar espanhola. Quando o rei de Fez voltou a cercar Arzila, a praça já vive outra realidade: Alertados, os defensores prepararam atempadamente a defesa, mas também já dispunham de número significativo de espingardas. Não só a guarnição de Arzila parece ter progredido neste quadro da inovação tecnológica, porque outras praças de Marrocos seguiram o exemplo e alteraram o armamento disponível, complementando as armas de arremesso com as armas de fogo. Em 1511, Safim dispunha de 67 atiradores na sua guarnição, a terça parte espingardeiros, os restantes besteiros apeados e montados. Nesta praça capitaneada pelo incansável Nuno

Fernandes de Ataíde, conhecido pela alcunha de *o nunca está quedo* (Lopes, 1989, p.31), encontrava-se também o inevitável capitão Leitão, veterano de Itália. As expedições que tiveram lugar antes de 1511, contribuíram para uma progressiva melhoria da prestação de soldados e capitães. Na conquista de Azamor, o ponto alto de todo o processo das ordenanças manuelinas, o duque de Bragança não poupou elogios aos soldados das ordenanças: *sendo huma gente que sem dúvida me prezo mais de ser senhor* (Caetano de Sousa, *op. cit.*, p.40). Os oficiais mais experimentados participaram nesta expedição, Cristóvão Leitão – já como coronel de um dos quatro esquadrões da gente de ordenança – e um dos castelhanos que Navarro deixou em Arzila, o condestável Pelegrim. Atingido o zénite, seguiu-se a queda abrupta. O desastre de Mamora foi o catalisador para D. Manuel ordenar a extinção do seu corpo da guarda, na forma que ele próprio determinou nas ordenanças de 1508. E depois do desinteresse régio, o sucessor de Albuquerque ordenou a extinção das companhias de ordenança na Índia. Na prática, foi o fim do processo de implementação desta estrutura militar.

A época seguinte foi de agravamento de crises e tensões; a pressão crescia sobre as posições coloniais e a situação política interna não favorecia uma resposta adequada. Primeiro colocou-se a questão da sucessão de D. João III, resolvida *in extremis* com o nascimento do *desejado*. Depois, as regências na menoridade de D. Sebastião avivaram a fractura entre dois partidos: um a favor do aprofundamento da ligação com Espanha e outro de sentido contrário. As cortes de 1562 tiveram como pano de fundo este quadro particularmente perturbador, e a vitória quase milagrosa no cerco de Mazagão desse mesmo ano reverteu a favor das tendências que pretendiam redefinir uma orientação imperial para o Norte de África. O período sebástico iniciou-se com o retomar de uma política de expansão territorial que, á semelhança do processo manuelino, se apoiou numa profunda renovação do poder militar. Foi a resposta a uma situação colonial cada vez mais precária, mas também se pretendeu transferir a capacidade de mobilização do reino para as mãos do rei. Afinal, um processo de centralização régia que seguia a tendência da Europa, da Turquia e, por influência destes últimos, no Marrocos sádida. Mas impor quaisquer alterações à *praxis* militar tradicionalmente instituída, mesmo que por intervenção régia, necessitava do acordo de forças sociais poderosas. Assim, as objecções levantadas à implementação do Regimento dos Capitães-mores foram consequência de uma colisão de interesses, cujo exemplo mais conhecido consiste na carta de recusa do Conde de Vimioso a dar provimento à lei. Grande parte da

cronística coeva revela o ambiente de confronto entre o rei e a nobreza tradicional, transparecendo uma mesma argumentação contra as decisões régias: a juventude e inexperiência do rei e a sua predilecção pelos *usos e costumes estrangeiros* que muitos entendiam ser contrários ao *antigo costume de Portugal*. Na época sebástica, tal como na época manuelina, as ordenanças não vigoraram o tempo suficiente que permitisse o amadurecimento necessário à consolidação do sistema. Ao contrário de Espanha, onde a intervenção em vários teatros de operações geograficamente muito diferenciados foi intensa – com particular ênfase para a Itália –, desde cedo foi premente o recurso ao recrutamento centralizado, ao serviço da coroa. Mas a verdade é que o regimento de 1570 sobreviveu ao desastre de Alcácer Quibir e à morte prematura do rei, o que impede referirmo-nos à expedição de 1578 como delírio de um rei, mas sim como o fim da época medieval. Combateu-se em Alcácer Quibir de acordo com os modelos e premissas da guerra europeia, o consiste num verdadeiro paradoxo historiográfico: não tem sido visto D. Sebastião como o último rei cavaleiro?

Bibliografia

- Andrada, Miguel Leitão de, *Miscellanea*, INCM, Lisboa, 1993.
- Berthier, Pierre, *La Bataille de L'Oued El-Makhazen, dite Bataille des Trois Rois (4 Aout 1578)*, CNRS, Paris, 1985.
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond e Braga, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1665)*, IEC, Ceuta, 1998.
- Cenival, Pierre de, *Les Sources Inédites pour l'histoire du Maroc*, 1^a Série, Portugal, t.1, Paris, Paul Geuthner, 1934.
- Codoin, t.xxxix-xl, Viuda de Calero, Madrid, 1862.
- Cook, Weston F., *The Hundred Years War for Morocco. Gunpowder and the Military Revolution in the Early modern Muslim World*.
- Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, prefácio de M. Lopes de Almeida, v. 2, Porto, 1975,
- Corpo Cronológico, Parte II, mç. 16, n.º 1, CC-II-16-1,
- Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, Caleidoscópio, 2004.
- Costa, João Paulo Oliveira e Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, *A Batalha dos Alcaide (1514). No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Tribuna, Lisboa, 2007.
- Crónica do Xarife mulei Mahamet e D'EL rei D. Sebastião*, introdução e notas de Sales Loureiro, Europress, Odivelas, 1987.
- Cruz, Frei Bernardo da, *Chronica Del-Rey D. Sebastião*, v. 2, Lisboa, Escriptorio, 1903.
- Cruz, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006.
- Elbl, Martin Malcolm, *Portuguese Tangier (1471-1662). Colonial Urban Fabric as Cross-Cultural Skeleton*, Baywolf Press, 2013.
- Eltis, David, *The military revolution in sixteenth century Europe*, I.B.Tauris, Nova Iorque, 1995.
- Esaguy, José de, *O minuto vitorioso de Alcácer Quibir*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1943.
- Garcia-Arenal, Mercedes, *Ahmad al-Mansur. The Beginnings of Modern Morocco*. Oneworld, Oxford, 2009.
- Hall, Bert S., *Weapons and Warfare in Renaissance Europe*, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1997.
- “Lettre d'un Médecin juif a son frère”, in *SIHM*, 1^asérie-França, t.1, Erneste Ledoux, Paris, 1905, pp.312-328.
- Lopes, David, *A expansão em Marrocos*, Teorema, Lisboa, 1989
- Loureiro, Francisco de Sales, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, Lisboa, Alfa, 1989.
- Loureiro, Francisco de Sales, *Uma jordanda ao Alentejo e ao Algarve*, Horizonte, 1984.

- Machado, Diogo Barbosa de, *Memórias para a história de Portugal, que compreendem o governo del rey D. Sebastião, único no nome e décimo sexto entre os monarcas portugueses, do ano de 1554 até ao ano de 1578*, v.4, Joseph António de Sylva, 1737-51.
- Oxeda, Luís de, "Relation de la bataille de El-Ksar El-Kebir, in *SIHM*, 1ª série-França, t.1, Erneste Ledoux, Paris, 1905, pp.438-505.
- Mendonça, Jerónimo de, *Jornada de África*, v.1, Escriptório, 1904.
- Parker, Geoffrey, *The military revolution*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.
- Rodrigues, Bernardo, *Anais de Arzila*, t.1, Academia das Ciências, Lisboa, 1915.
- Salazar, Diego de, *Tratado de Re Militari*, Ministerio de Defensa, Madrid, 2000.
- Sanceau, Elaine, *Castelos em África*, Civilização, Porto, 1961.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, "Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião", separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v.xxiv, Coimbra, 1958
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, 1967.
- Sousa, D. António Caetano de, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, t.iv, Officina Sylviana, Lisboa, 1745, pp.40-57.
- Sousa, Luís Costa e, *A Arte na Guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Tribuna, Lisboa, 2008.
- Sousa, Luís Costa e, *Alcácer Quibir 1578. Visão ou delírio de um rei?*, Tribuna, Lisboa, 2009.
- Sousa, Luís Costa e, *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*, IESM, Lisboa, 2015.
- Valdés, Francisco de, *espejo y Disciplina Militar*, Ministerio de Defensa, Madrid, 1989.
- Veloso, Queirós, *D. Sebastião 1554-1578*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1945.
- Villada Paredes, Fernando, ed., *Historia de Ceuta. De los origenes a los nuestros días*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 2009.